



**3º TERMO DE ADITAMENTO AO
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 064/2021-FMS**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO
Nº 064/2021 - FMS, QUE FAZEM ENTRE SI O **FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE INACIOLÂNDIA** E A
PROFISSIONAL **LILIAN DE CAMARGOS BARROZO**.

DAS CONTRATANTES

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvino Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pelo seu Gestor, **PAULO CESAR SISDELLI**, brasileiro, inscrito no CPF: 108.628.088-12, RG: 176138791 2ºVIA SSP/SP, residente e domiciliado na rua José Goes, nº 35, bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CRENCIANTE** e a Profissional **LILIAN DE CAMARGOS BARROZO**, inscrita no CPF nº 003.601.741-83, registro profissional CRP-09 Nº 05149 ,Telefone: (064) 99200-3878, e-mail: lilia_barroso@hotmail.com, residente e domiciliada Fazenda Campanha/Faceiro, Zona Rural, na cidade de Inaciolândia-GO, doravante designada como **CRENCIADA**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato de Credenciamento nº 064/2021 - FMS**, concernente ao processo administrativo nº.2021002282.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.



Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº.8.666/93, de 21 de junho de 1993, “Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de prazo, valor e adequação da dotação orçamentaria para o ano de 2023.

Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;

3.1. O valor original do Contrato de Credenciamento nº 064/2021-FMS, vigente nesta data é de **RS 36.360,00 (trinta e seis mil, trezentos e sessenta reais)** para 12 meses de serviços prestados, que serão pagos da seguinte forma.

3.1.1. Valor mensal a ser pago para a prestação de serviços será de **RS 2.530,00 (dois mil, quinhentos e trinta reais)** mensais e perfazendo um total de **RS 30.360,00 (trinta mil, trezentos e sessenta reais)** por 12 meses.

3.1.2. No caso de nomeação por decreto para assumir cargo de coordenação/direção e chefia será acrescentado o valor de **RS 500,00 (quinhentos reais)** mensal, perfazendo um total de **RS 6.000,00 (seis mil reais)** por 12 meses.

3.2. O valor total do termo aditivo é de **RS 36.360,00 (trinta e seis mil, trezentos e sessenta reais)** que serão pagos pela rubrica orçamentaria abaixo:

Dotações:
05.0501.10.302.2052.2119 – 339034 – Fonte 102.



JUSTIFICATIVA


Este termo de aditivo ao Contrato de Credenciamento nº 064/2021- FMS decorre:

- a) Considerando a necessidade de melhorias no valor de salários dos profissionais da saúde;
- b) Da continuidade dos serviços que é um dos objetivos a serem perseguidos pelo Fundo Municipal de Saúde;
- c) Da necessidade das melhorias no salário devido ao aumento da demanda no atendimento aos pacientes da rede pública de Saúde;
- d) Do interesse público em manter os serviços prestados pelos profissionais que atuam na rede pública de saúde;
- e) Considerando a necessidade de adequação da dotação orçamentaria;
- f) Considerando que este tipo de serviço que é essencial para o Fundo Municipal de Saúde;
- g) Considerando que será mantido todas as outras cláusulas vigentes do contrato dando prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o inciso II, § 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 8.666/1993 dispõe esse mandamento que os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção da conclusão dos serviços. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditivar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2023.

Gabinete do Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Inaciolândia, aos 22 dias do mês de dezembro de 2022.


PAULO CESAR SISDELLI
Gestor do FMS
CONTRATANTE

10